CONSIDERAÇÕES SOBRE RECURSOS DE SAÚDE, ECONOMIA E DEMOGRAFIA BRASILEIRAS *

Olimpio J. N. V. Bittar**
Elpidio J. Mieldazis***

1. Introdução; 2. Material e métodos; 3. Aspectos territoriais, populacionais e econômicos; 4. Recursos humanos em saúde; 5. Leitos hospitalares; 6. Conclusão.

Distribuição de recursos para saúde entre os 26 estados e o Distrito Federal encontra grande concentração no Sudeste e no Sul do Brasil. Levantamento junto a diversos órgãos para verificar a referida distribuição. Elaboração de comparação entre os resultados encontrados no Brasil e em outros países.

CONSIDERATIONS ON BRAZILIAN RESOURCES IN HEALTH, ECONOMY AND DEMOGRAFY

The distribution of financial resources between Brazil's 26 states and the Federal District is highly concentrated in the country's Southeast and South. A survey was then made, being included in the research the Federal and Regional Councils of Medicine, Dentistry and Sick-Nursing, besides some other sources, such as the Ministry of Health, the Brazilian Association of Medical and Odontological Industry and also some written material like the statistical yearbook of Brazil and other similar publications, in order to verify the aforementioned distribution. Based on information from the worldwide literature, the findings were then compared to results achieved in other countries.

Palavras-chave:
Recursos em saúde/Brasil; recursos humanos em saúde/Brasil; distribuição de recursos.

1. *Introdução*

O Brasil, com seus 8.511.978 km^2, é um país que conta com grandes contrastes em seu território, o que é influenciado, fundamentalmente, pelas diferentes colonizações e imigrações que proporcionaram formações culturais diversas.

Os diferenciados aspectos demográficos, políticos, socioeconômicos, educacionais, ambientais e de desenvolvimento tecnológico determinam todo o investimento e abordagem na área de saúde.

* Artigo recebido pela Redação da *RAP* em out. 1991 e aceito para publicação em jan. 1992.
** Médico especialista em Administração Hospitalar. (Endereço: Rua Arthur Azevedo, 1.220/62 — 05404 — Pinheiros — São Paulo — SP.)
*** Administrador de empresas com especialização em Administração Hospitalar. (Endereço: Av. Presidente Giovani Gronchi, 1.515 — 05651 — Vila Leonor — São Paulo, S.P.)

Tem-se como objetivo, neste artigo, demonstrar esses contrastes realçando as diferenças, quer no aspecto econômico, quer nos recursos disponíveis na área de saúde, correlacionando riqueza regional e investimento no setor, no final da década de 80.

2. *Material e métodos*

Iniciou-se a coleta de dados através do contato com os diversos Conselhos Regionais e Federais de Medicina, Enfermagem e Odontologia, visando o levantamento dos profissionais em atividade nos estados. Especificamente nos Conselhos de Enfermagem, não houve informação sobre o atendente de enfermagem devido à *extinção* desta função apesar de, sabidamente, ser esta a mão-de-obra mais utilizada na área de saúde.

Os dados geográficos, demográficos e econômicos foram obtidos através de pesquisa em publicações técnicas específicas.

3. *Aspectos territoriais, populacionais e econômicos*

Nas tabelas 1 e 2 mostra-se a distribuição dos estados e regiões no aspecto de área, número de municípios, população e produto nacional bruto.

Um dos grandes problemas com que se defronta o País é a acentuada concentração de população em 2,62% dos municípios, ou seja, nas nove regiões metropolitanas, concentração esta que gira em torno de 30%. Essa concentração atinge níveis preocupantes, por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, onde 80% da população habitam a região metropolitana. Já em São Paulo, o estado mais populoso do País, 51,49% da população residem na região metropolitana. No Brasil, somente 25% da população habitam a zona rural.

A região Norte caracteriza-se por uma grande área territorial, com um número de municípios e de população que não corresponde a essa área. O produto nacional bruto nessa região é o menor do País, havendo, ainda, uma concentração de riqueza no estado do Amazonas, justificada pela Zona Franca de Manaus.

A região Nordeste conta com 18,28% da área territorial brasileira, distribuídos por 1.507 municípios, e uma população significativa (28,37%). O produto nacional bruto distribui-se de forma desproporcional entre os estados, e o de maior destaque, em todos os aspectos, é a Bahia.

A região Sudeste é a de maior PNB brasileiro, correspondendo a 61,23%. Existe grande densidade populacional numa área relativamente pequena, se comparada às demais regiões. São Paulo é o destaque, com o maior PNB (38,39% do País e 62,70% da região).

A região Sul mantém-se equilibrada em todos os sentidos, sendo a menor região brasileira, territorialmente, com população e PNB equivalentes. O estado que se destaca é o Rio Grande do Sul.

O Centro-Oeste ocupa uma área territorial bastante extensa (18,25% da brasileira), distribuída em três estados e o Distrito Federal. A população é pequena e o PNB

Tabela 1

Número de municípios, área e população nos estados brasileiros

Região/ estado	*Área (km^2)*	*(%)*	*Número de municípios*	*População (hab.)*	*PNB US$ Bilhões (1989)*	*PNB (%)*
Norte	3.851.542,40	45,25	311	9.925.301	6.205,37	1,308
Rondônia	238.378,70	2,80	23	1.021.229	238,40	0,04
Acre	153.679,50	1,81	25	411.984	57,86	0,05
Amazonas	1.567.953,70	18,42	62	2.141.323	5.004,40	1,04
Roraima	225.017,00	2,64	8	130.070	44,29	0,009
Pará	1.246.833,10	14,65	105	4.996.596	381,44	0,07
Amapá	142.358,50	1,67	9	258.395	47,68	0,009
Tocantins	277.321,90	3,26	79	965.704	431,30	0,09
Nordeste	1.556.001,10	18,28	1.507	42.574.502	77.430,65	16,168
Maranhão	329.555,80	3,87	136	5.131.389	5.673,92	1,18
Piauí	251.273,30	2,95	118	2.657.385	190,72	0,03
Ceará	149.075,80	1,75	178	6.401.245	10.394,24	2,17
Rio Grande do Norte	53.166,60	0,63	152	2.336.216	240,40	0,05
Paraíba	53.958,20	0,63	171	3.281.881	296,08	0,05
Pernambuco	101.023,40	1,19	167	7.302.610	19.739,52	4,13
Alagoas	29.106,90	0,34	97	2.409.314	5.387,84	1,12
Sergipe	21.862,60	0,26	76	1.428.989	40,89	0,008
Bahia	566.978,50	6,66	412	11.625.473	35.467,04	7,43
Sudeste	924.266,30	10,86	1.431	65.125.754	292.108,32	61,23
Minas Gerais	586.624,30	6,89	723	16.062.549	41.570,08	8,71
Espírito Santo	45.733,00	0,54	66	2.499.103	4.429,12	0,92
Rio de Janeiro	43.653,30	0,51	70	13.879.842	63.028,64	13,21
São Paulo	248.255,70	2,92	572	32.684.260	183.080,48	38,39
Sul	573.316,20	6,76	865	22.834.965	73.461,12	15,38
Paraná	199.323,90	2,34	318	9.167.929	23.117,92	4,84
Santa Catarina	95.318,30	1,12	214	4.402.322	15.066,88	3,15
Rio Grande do Sul	280.674,00	3,30	333	9.264.714	35.276,32	7,39
Centro-Oeste	1.604.852,80	18,85	379	9.591.262	27.606,72	5,76
Mato Grosso do Sul	357.471,50	4,20	72	1.775.147	6.198,40	1,29
Mato Grosso	901.420,70	10,59	95	1.930.619	5.054,08	1,05
Goiás	340.165,90	3,99	211	4.082.018	16.354,24	3,42
Distrito Federal	5.794,70	0,07	1	1.803.478	-	-
Total	8.511.978,80	100,00	4.493	150.051.784	476.812,18	100,00

Fonte: Fundação IBGE. *Anuário estatístico do Brasil*, suplemento 1989 (municípios existentes em 1.6.89; população estimada em 1.7.89).

Tabela 2

Municípios e população nas regiões metropolitanas no Brasil

Regiões metropolitanas	*Número de municípios*	*População*
Belém	2	1.296.209
Fortaleza	5	2.044.197
Recife	9	2.726.351
Salvador	8	2.336.054
Belo Horizonte	14	3.446.155
Rio de Janeiro	14	11.125.426
São Paulo	38	16.832.285
Curitiba	14	1.925.687
Porto Alegre	14	2.854.514
Total	118	44.586.878

Fonte: Fundação IBGE. *Anuário estatístico do Brasil*, suplemento, 1989 (municípios existentes em 1.6.89; população estimada em 1.7.89).

não é significativo. Goiás é o estado de maior tradição, e a concentração política brasileira se dá no Distrito Federal.

A tabela 3, por sua vez, mostra a distribuição dos locais de fabricação de produtos médico-hospitalares do País que, como se observa, concentram-se na região Sudeste e são resultantes de 220 empresas nacionais.[1]

A revista *Exame*[2] publicou o nome das 500 maiores e melhores do País. Essas empresas empregam 1.978.000 pessoas, 8% dos empregados de indústria, no comércio e no serviço de transporte, 11,6% da população economicamente ativa nas regiões metropolitanas e, ainda, 3,4% da população economicamente ativa. São responsáveis por 34% do PIB, isto é, 163 bilhões de dólares, de um total de 485 bilhões de dólares. O imposto de renda dessas empresas representa 51% do total pago por pessoas jurídicas e, no que diz respeito ao IPI e ICM, representa 63% do que é arrecadado no País. A distribuição dessas empresas é apresentada na tabela 4.

Quando se procura analisar as tabelas 3 e 4, tornam-se gritantes as diferenças entre Sudeste e Sul em relação às demais regiões.

Excetuando-se a indústria farmacêutica,[3] que possui matrizes, fábricas e filiais distribuídas em todo território nacional — mesmo assim concentrando-se nas regiões Sudeste e Sul, com predominância nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro —, pode-se afirmar com certeza que todas as outras indústrias da área situam-se no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Entre estas estão as indústrias de equipamentos, instrumentais, próteses, órteses, móveis hospitalares, material de consumo, aparelhos e materiais radiológicos.

[1] Abimo, Sinaemo. *Índice dos produtos odonto-médico-hospitalares e de laboratório, produtos de fabricação nacional*. São Paulo, 1988.

[2] Melhores e maiores. *Exame*, ago. 1990.

[3] *Diretório Brasileiro da Indústria Farmacêutica*. Rio de Janeiro, 1989.

Tabela 3

Distribuição dos locais de produção de materiais e equipamentos médico-odonto-hospitalares (220 empresas) e indústria farmacêutica

Item	*1*	*2*	*3*	*4*	*5*	*6*	*7*	*8*	*9*	*10*	*11*		
Região/estado											*A*	*B*	*C*
Norte													
Rondônia													1
Acre													
Amazonas											1	1	4
Roraima													
Pará											3	3	14
Amapá													
Tocantins													
Nordeste													
Maranhão											3	3	2
Piauí											2	2	4
Ceará											3	3	34
Rio Grande do Norte											1	2	1
Paraíba											1	1	1
Pernambuco											10	9	47
Alagoas													2
Sergipe											1	1	1
Bahia	1										3	3	27
Sudeste													
Minas Gerais		2		1	1	2		2		1	31	31	58
Espírito Santo													
Rio de Janeiro	9	8	1	7	4	11	1	7	3	3	85	86	79
São Paulo	39	29	12	41	8	58	18	25	3	17	152	142	122
Sul													
Paraná	1	1		2		3		1		1	5	5	44
Santa Catarina											7	7	5
Rio Grande do Sul	3			1		2					26	25	56
Centro-Oeste													
Mato Grosso do Sul													2
Mato Grosso													3
Goiás							1				4	3	13
Distrito Federal													11
Total	53	40	13	51	13	76	20	35	6	22	338	327	531

Fontes: Abimo, Sinaemo. *Índice dos produtos odonto-médico-hospitalares e de laboratório, produtos de fabricação nacional*. São Paulo, 1988; *Diretório Brasileiro de Indústria Farmacêutica*. Rio de Janeiro, 1989.

1. Material de consumo médico-hospitalar e descartáveis; 2. Implantes; 3. Instrumental cirúrgico e odontológico; 4. Setor de laboratório/equipamentos; 5. Reagentes; 6. Setor hospitalar/equipamentos; 7. Móveis; 8. Setor odontológico/equipamento/material de consumo; 9. Setor de radiologia e diagnóstico por imagem/acessórios; 10. Equipamentos; 11. Farmacêutica: A, matriz/B, fábrica/C, filiais.

Tabela 4

Distribuição das redes das 500 maiores pelos estados (1989)

Estado	*(%)*	*Estado*	*(%)*
São Paulo	54,8	Paraná	3,4
Rio de Janeiro	13,8	Amazonas	3,4
Minas Gerais	5,2	Espírito Santo	1,4
Bahia	5,2	Pará	1,6
Rio Grande do Sul	4,6	Outros	2,6
Santa Catarina	4,0		

Fonte: Melhores e maiores. *Exame*, ago. 1990.

Por essa razão, certamente o custo da assistência à saúde tende a ser maior nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em função do transporte, vendas e armazenamento dos produtos provenientes do Sul e Sudeste e a indústria nessa área, no Brasil, ainda não é auto-suficiente, importando-se inúmeros itens do exterior, incluindo-se equipamentos, cateteres e outros itens.

Com certeza, o investimento em pesquisa só é um fato nas regiões Sul e Sudeste, o que acarreta, em primeiro lugar, o êxodo de profissionais com melhores níveis intelectual e profissional, limitando o número de lideranças científicas nas outras regiões e, conseqüentemente, inviabilizando ou retardando o progresso na área. Nesse ínterim, as dificuldades financeiras nos estados mais desenvolvidos se complicam à medida que recursos tendem a ser divididos entre assistência, pesquisa e ensino, os primeiros para cobertura da população local e dos que migram em busca de melhores cuidados.

4. *Recursos humanos em saúde*

Os fatores econômicos têm influência fundamental na atratividade dos profissionais ligados à saúde. Conforme se observa na tabela 5, a concentração de médicos, enfermeiros e odontólogos também acontece na região Sudeste.

Esclareça-se, entretanto, que na referida tabela o quadro de enfermagem não conta com um profissional de nível básico bastante utilizado nessas atividades, que é o *atendente*. Esta categoria está em extinção, em função da Lei nº 7.498/86,[4] que definiu sua substituição no prazo de 10 anos.

Para se ter uma idéia da importância da atuação desse profissional, em 1983 a pirâmide ocupacional de enfermagem era composta de 8,5% de enfermeiros, 6,6% de técnicos, 21,1% de auxiliares e 63,8% de atendentes,[5] quadro este que não sofreu mudança.

[4] Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Lei do Exercício Profissional de Enfermagem.

[5] Conselho Federal de Enfermagem, Composição da Força de Trabalho. In: *O exercício da enfermagem nas instituições de saúde no Brasil:* 1982/1983. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Enfermagem, 1985. v. 1, p. 35-50.

Tabela 5

Profissionais da área de saúde e sua distribuição pelos estados brasileiros (1990)

Região/ estado	*Médico*	*Enfermeiro*	*Técnico de enfermagem*	*Obstetriz*	*Auxiliar de enfermagem*	*Parteira*	*Total enfermagem*	*Odontólogo*
Norte	7.502	2.001	468	4	4.402	23	6.898	3.126
Rondônia	844	208	62	0	625	1	896	329
Acre	155	-	-	-	-	-	-	78
Amazonas	1.337	617	67	3	948	16	1.651	691
Roraima	120	-	-	-	-	-	-	44
Pará	4.564	1.176	339	1	2.829	6	4.351	1.797
Amapá	202	-	-	-	-	-	-	51
Tocantins	280	-	-	-	-	-	-	136
Nordeste	33.063	9.903	3.255	53	15.871	29	29.111	16.248
Maranhão	1.749	567	1.712	1	1.303	1	3.584	764
Piauí	1.781	363	196	-	841	-	1.400	996
Ceará	4.245	1.854	179	2	1.737	10	3.782	2.235
Rio Grande do Norte	2.002	890	193	-	1.580	-	2.663	1.277
Paraíba	3.000	1.540	199	-	1.990	7	3.736	1.868
Pernambuco	7.300	1.379	352	36	2.706	11	4.484	3.603
Alagoas	2.892	480	49	-	745	-	1.274	1.270
Sergipe	1.310	375	144	-	698	-	1.217	655
Bahia	8.784	2.455	231	14	4.271	-	6.971	3.580
Sudeste	118.116	26.178	21.981	313	76.874	4	125.350	79.809
Minas Gerais	18.300	3.431	2.241	0	7.363	3	13.038	16.056
Espírito Santo	3.314	409	385	4	866	-	1.664	1.769
Rio de Janeiro	44.000	8.485	13.404	-	35.117	-	57.006	17.277
São Paulo	52.502	13.853	5.951	309	33.528	1	53.642	44.707
Sul	25.409	7.389	3.209	11	18.288	10	28.907	17.854
Paraná	8.382	1.997	592	-	3.317	-	5.906	6.479
Santa Catarina	3.902	1.258	893	2	1.796	-	3.949	2.872
Rio Grande do Sul	13.125	4.134	1.724	9	13.175	10	19.052	8.503
Centro-Oeste	13.114	2.897	3.106	2	7.503	-	13.508	22.909
Mato Grosso do Sul	1.815	180	59	1	359	-	599	1.447
Mato Grosso	2.350	393	104	-	723	-	1.220	16.056
Goiás	4.490	948	1.565	-	2.152	-	4.665	3.000
Distrito Federal	4.459	1.376	1.378	1	4.269	-	7.024	2.406
Total	197.204	48.368	32.019	383	122.938	66	203.774	139.946

Fontes: Conselhos Federais de medicina, enfermagem, odontologia. Conselhos Regionais de Medicina.

Tabela 6

Número de leitos, por especialidades, distribuídos pelos estados brasileiros

Região/ estado	*Clínica médica*	*Clínica cirúrgica*	*Clínica ginecológica e obstétrica*	*Clínica pediátrica*	*Tisiologia/ pneumonologia*	*Psiquiatria*	*Dermatologia sanitária*	*Oncologia*	*Indiferenciado*	*Outros*	*Total*
Norte	3.197	2.094	2.415	2.657	223	816	233	143	4.776	483	17.037
Rondônia	630	259	390	387	9	49	4	0	1.329	79	3.136
Acre	224	123	80	98	0	43	158	4	486	3	1.219
Amazonas	549	477	564	355	92	390	10	48	1.293	169	3.947
Roraima	85	37	62	73	0	6	0	0	98	0	361
Pará	1.589	1.138	1.208	1.572	92	316	61	91	1.480	223	7.770
Amapá	120	60	111	172	30	12	0	0	90	9	604
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-*
Nordeste	22.150	12.876	16.201	17.576	1.254	17.840	1.162	975	12.569	3.042	105.645
Maranhão	1.586	978	1.171	934	55	1.220	0	62	3.647	136	9.789
Piauí	610	373	685	356	96	573	138	20	1.351	174	4.376
Ceará	5.733	2.603	2.956	4.514	210	2.293	363	136	1.454	331	20.593
Rio Grande do Norte	1.204	794	1.124	895	28	1.042	70	71	580	36	5.844
Paraíba	3.141	1.624	1.885	1.977	62	1.712	93	110	368	330	11.302
Pernambuco	3.893	1.942	3.385	3.610	247	6.309	279	366	1.733	875	22.639
Alagoas	1.633	875	1.132	1.454	67	1.476	13	102	244	130	7.126
Sergipe	705	514	606	675	120	396	40	50	126	89	3.321
Bahia	3.645	3.173	3.257	3.161	369	2.819	166	58	3.066	941	20.655
Sudeste	48.477	26.862	24.792	29.962	6.170	61.313	6.905	2.698	27.803	13.682	248.664
Minas Gerais	10.346	4.747	5.539	7.417	1.865	7.195	2.688	758	6.551	1.461	48.567
Espírito Santo	1.698	855	971	953	68	1.171	402	2	1.017	202	7.339
Rio de Janeiro	13.439	7.812	5.227	5.296	1.906	13.213	830	773	5.264	5.809	59.569
São Paulo	22.994	13.448	13.055	16.296	2.331	39.734	2.985	1.165	14.971	6.210	133.189
Sul	28.017	12.695	10.892	14.647	1.060	11.566	1.221	629	11.723	2.766	95.216
Paraná	8.742	4.112	4.148	6.202	428	4.371	695	309	8.615	893	38.515
Santa Catarina	6.193	2.266	2.498	3.238	142	1.529	203	49	1.246	223	17.587
Rio Grande do Sul	13.082	6.317	4.246	5.207	490	5.666	323	271	1.862	1.650	39.114
Centro-Oeste	6.662	4.062	4.797	5.284	274	3.971	471	204	7.357	2.092	35.174
Mato Grosso do Sul	696	347	990	690	64	364	300	12	3.855	33	7.351
Mato Grosso	1.576	789	818	915	3	432	21	20	1.511	53	6.138
Goiás	3.759	2.168	2.324	3.022	120	2.429	150	169	1.364	1.256	16.761
Distrito Federal	631	758	665	657	87	746	0	3	627	750	4.924
Total	108.503	58.589	59.097	70.126	8.981	95.506	9.992	4.649	64.228	22.065	501.736

Fontes: Sistema de Informações sobre Recursos em Saúde; Ministério da Saúde, 1988.

* Encontra-se informado em Goiás.

Tabela 7

PNB *per capita* e coeficientes de recursos de saúde

Indicador Região/ estado	*PNB* per capita *(1989- US$)*	*Médico 1.000 /hab. (1989)*	*Pessoal de enfermagem 1.000/hab. (1989)*	*Odontólogo 1.000/hab. (1989)*	*Leito 1.000/hab. (1988)*
Norte	305	0,76	0,69	0,31	1,72
Rondônia	233	0,83	0,88	0,32	3,07
Acre	140	0,38	-	0,19	2,96
Amazonas	2.338	0,62	0,77	0,32	1,84
Roraima	340	0,92	-	0,34	2,78
Pará	76	0,91	0,87	0,36	1,56
Amapá	185	0,78	-	0,20	2,34
Tocantins	446	0,29	-	0,14	*
Nordeste	1.818	0,78	0,68	0,38	2,48
Maranhão	1.106	0,34	0,69	0,15	1,91
Piauí	72	0,67	0,53	0,37	1,65
Ceará	162	0,66	0,59	0,35	3,22
Rio Grande do Norte	103	0,86	1,14	0,55	2,50
Paraíba	87	0,91	1,14	0,57	3,44
Pernambuco	2.703	1,00	0,61	0,49	3,10
Alagoas	2.236	1,20	0,53	0,53	2,96
Sergipe	29	0,92	0,85	0,46	2,32
Bahia	3.051	0,76	0,60	0,31	1,78
Sudeste	4.485	1,81	1,92	1,23	3,82
Minas Gerais	2.588	1,14	0,81	1,00	3,02
Espírito Santo	1.772	1,33	0,67	0,71	2,94
Rio de Janeiro	4.541	3,17	4,11	1,24	4,29
São Paulo	5.601	1,61	1,64	1,37	4,07
Sul	3.217	1,11	1,27	0,78	4,17
Paraná	2.522	0,91	0,64	0,71	4,20
Santa Catarina	3.650	0,89	0,90	0,65	3,99
Rio Grande do Sul	3.808	1,42	2,06	0,92	4,22
Centro-Oeste	2.878	1,37	1,41	2,39	3,67
Mato Grosso do Sul	3.492	1,02	0,34	0,82	4,14
Mato Grosso	2.618	1,22	0,63	0,03	3,18
Goiás	2.279	1,10	1,14	0,73	4,11
Distrito Federal	-	2,47	3,90	1,33	2,73

Fonte: calculados pelas tabelas anteriores.

* Encontra-se informado em Goiás.

Com relação ao profissional médico, verifica-se uma distribuição relativa, pelos estados, que varia de 0,29 médicos/1.000 habitantes (Tocantins) a 3,17 médicos/1.000 habitantes (Rio de Janeiro). Por outro lado, qualquer que seja o parâmetro estabelecido com relação à população, deve-se considerar o elevado grau de especialização desses profissionais, o que deforma a avaliação da informação.[6]

5. *Leitos hospitalares*

A distribuição de leitos hospitalares é visualizada na tabela 6, onde também se observa uma concentração na região Sudeste (49,56%). Considere-se também que a região Sudeste, em função da concentração de alta tecnologia hospitalar e médica, é um atrativo para pacientes de outras regiões que procuram tratamento mais sofisticado.

Dos leitos existentes, cerca de 23,74% são classificados como destinados a pacientes crônicos.

Na tabela 7 têm-se alguns indicadores econômicos e de recursos de saúde, de forma a possibilitar comparações entre riqueza e disponibilidade dos mesmos.

Nota-se, nessa tabela, uma tendência ao aumento da concentração de recursos em saúde na proporção do crescimento do PNB *per capita*. Na avaliação de indicadores como leitos por 1.000 habitantes, deve-se considerar a quantidade de leitos destinados a pacientes crônicos (hanseníase e tuberculose), que devem ter uma nova destinação.[7]

Por outro lado, a política de desospitalização e o elevado desenvolvimento tecnológico têm levado a outras formas de resolutividade, através de tratamentos ambulatoriais, no domicílio e no hospital-dia, que devem ser consideradas para definição do parâmetro ideal.[8]

Na tabela 8 demonstra-se também essa situação com relação ao Brasil e alguns outros países, onde fica clara a correspondência mencionada e verificada internamente no País: a condição de saúde está diretamente relacionada com a condição econômica do País ou da região.

6. *Conclusão*

A simplicidade da apresentação decorre da dificuldade na coleta dos dados, pois estes não existem de forma agrupada, possibilitando maiores análises.

Com todas essas informações, observa-se, no que se refere à distribuição de recursos de saúde, que o Brasil tem um comportamento similar aos demais países, não obstante os aspectos de porte territorial e da diversificação socioeconômica e cultural.

[6] Bittar, O. J. N. V. Especialidades médicas no Brasil. *Previdência em Dados,* Rio de Janeiro, *6* (1): 31-41, jan./mar., 1991.

[7] Bittar, O. J. N. V. Hospitais especializados com leitos de longa permanência: desativar para ativar. *Revista Paulista de Hospitais*, São Paulo, *38* (5/8): 58-64, 1990.

[8] Bittar, O. J. N. V. Ambulatório: da simplicidade à complexidade é uma solução. *Revista Paulista de Hospitais*, São Paulo, *38*(1/4): 8-13, 1990.

Tabela 8

Alguns indicadores comparativos entre as regiões brasileiras e alguns países

Indicador Região/país	*Médico/ 1.000 hab.*	*Pessoal de enfermagem/ 1.000 hab.*	*Dentista/ 1.000 hab.*	*Leito/ 1.000 hab.*	*PIB* per capita *(US$)*
Norte	0,75	0,69	0,31	1,71	625
Nordeste	0,78	0,68	0,38	2,48	1.819
Sudeste	1,81	1,92	1,23	3,81	4.485
Sul	1,11	1,27	0,78	4,16	3.217
Centro-Oeste	1,37	1,41	2,39	3,66	2.878
Brasil	1,31 (1989)	1,36 (1989)*	0,93 (1989)	3,34(1989)	3.178 (1989)
EUA	2,3 (1985)	13,72 (1980)	0,56 (1984)	5,17	19.840 (1988)
URSS	0,58 hab. (adulto)	-	-	14 (urbano)	4.550 (1988)
	0,55 hab. (criança)	-	-	10 (rural)	
Canadá	1,61 (1983)	10,52 (1980)	0,40 (1983)	6,5	16.960 (1988)
Holanda	-	-	-	6,3	14.520 (1988)
Japão	1,6 (1986)	2,7 (1986)	0,50 (1986)	12,0 (1986)	21.020 (1988)
Cuba	2,25	3,55 (1980)	0,50 (1985)	-	1.170 (1988)
Peru	0,82	0,8	0,19	1,7	1.300 (1988)
Colômbia	0,8	1	0,36 (1984)	2,2	1.180 (1988)
México	1,23 (1985)	1,11 (1980)	-	0,8	1.760 (1988)
Bolívia	0,6	0,3	-	1,8	570 (1988)

Fontes:
[1] Material coletado no National Health Administration Seminar, realizado no Japão, abr. 1989.

[2] Referências bibliográficas: FIBGE. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1989; Goldsmith, J.C. The U. S. health system in the year 2000. *Jama, 256* (24):3.371-5, Dec. 26, 1986; Novaes, H. M. Planejamento de modelos "compreensivos" ou integrais de assistência médica. In: *Ações integradas nos sistemas locais de saúde* (Silos). São Paulo, Pioneira, 1990. p. 53-83; Organização Mundial de Saúde. *Health manpower out of balance* – conflict and prospects. II Council for International Organization of Medicine Science Conference. Géneve, 1987; *Statistical handbook of Japan 1988*. Tokio, Statistics Bureau Management and Coordination Agency; *Suma Econômica*, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, (5):9, maio 1990.

* Não apresenta dados do atendente de enfermagem.

Obs.: A obtenção de dados de múltiplas fontes não possibilitou a homogeneização dos mesmos.

As concentrações de número de habitantes, dos profissionais de saúde e das indústrias fazem com que condições extremas, da falta ao excesso de recursos em todo o sistema, tragam problemas à população, traduzidos na dificuldade de acesso aos equipamentos e profissionais de saúde e a situações que viabilizem melhores condições de vida.

Daí decorre a necessidade de se obterem dados de maior amplitude, sistematizados e rotineiros, para definição de um planejamento estratégico em nível nacional, com diferentes abordagens em nível regional e/ou estadual.